

POLÍTICA ECONÔMICA

Desindexação dos salários fica para 1995

Para acabar com a correção salarial é preciso reformar a Constituição

SUELY CALDAS

RIO — A desindexação salarial não vai ocorrer durante o governo Itamar Franco, porque depende de reforma na Constituição, revelou ao *Estado* um integrante da equipe econômica. Para desindexar os salários não basta extinguir o IPC-r — desde julho a inflação oficial — nem definir prazo para sua vigência. O mais importante é garantir que a Justiça do Trabalho fique impedida, no futuro, de dar sentenças que obriguem governo e empresas a pagar o IPC-r, como aconteceu com os Planos Bresser e Verão.

Para isso será necessário aprovar emenda, retirando da Constituição o poder normativo hoje assegurado à Justiça trabalhista de decidir contrariamente ao que determinou uma lei ordinária. A equipe quer evitar a repetição do erro de planos anteriores, que deixaram brecha para os trabalhadores, sobretudo de estatais, ganharem na Justiça a reposição dos índices no mês da virada para a vigência das novas regras salariais. Como a reforma constitucional ficou mesmo para o Congresso que vai assumir em 1995, junto com o governo Fernando Henrique Cardoso, a desindexação salarial não acontecerá este ano.

Etapas — A desindexação da economia acontecerá em etapas. Na área fiscal ela é mais fácil, porque depende apenas de um ato legal do governo federal de extinguir a Ufir e de negociação com os novos governadores para adotarem o mesmo procedimento em seus Estados. Porém, o processo é mais difícil em relação aos salários e ao mercado financeiro,

**ALTERAÇÃO
NA CADERNETA
DE POUPANÇA
NÃO É PARA JÁ**



Fernando Henrique Cardoso: mudanças maiores em 95, quando também assume o novo Congresso

porque a desindexação vai alterar regras e conceitos legalmente estabelecidos e enraizados na sociedade há algumas décadas.

Como é de longo prazo, a TJLP só será aplicada, por enquanto, em financiamentos com prazos igual ou superior a um ano. Portanto, não é para já a desindexação de ativos financeiros de curto prazo, como caderneta de poupança, CDBs, fundo

de commodities e outros. Mas já é possível levar a TJLP para contratos mais longos. Nesse caso estão seguros e habitação. Na verdade, o setor de seguros só não foi desindexado com a entrada em vigor do Real por mero esquecimento da equipe econômica.

Esta semana ainda o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, vai assinar resolução desvinculando da TR todos

os tipos de seguro, substituindo-a pela TJLP. Para haver o "casamento" entre captação e repasse dos recursos na área da habitação, o FGTS — principal fonte supridora de financiamento à casa própria — passará também a ser remunerado pela TJLP, a exemplo do FAT e PIS-Pasep, que alimentam o caixa do BNDES usado no financiamento da produção industrial.

Juca Varella — 13.10.94/AE